

Eduardo Correa da Silva

# **Compensação e o Artigo 170-A do Código Tributário Nacional**

Interpretação à luz do Sistema  
de Precedentes Judiciais trazido  
pelo Código de Processo Civil

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2019

*Copyright* © 2019 by Eduardo Correa da Silva

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

1168891

SI586c

Silva, Eduardo Correa da  
Compensação e o artigo 170-A do Código Tributário  
Nacional : interpretação à luz do sistema de precedentes  
judiciais trazido pelo Código de Processo Civil / Eduardo  
Correa da Silva. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.  
176 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 147-160.

ISBN 978-85-519-1686-5

1. Direito tributário. 2. Precedente. 3. Compensação  
tributária. 4. Contribuinte. 5. Recurso especial. 6. Código  
Tributário Nacional. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo I – A Compensação no Direito Tributário e o Contexto Jurídico-Processual em que Foi Incluído o Artigo 170-A ao Código Tributário Nacional, pela Lei Complementar nº 104/01 .....</b>	<b>7</b>
1.1. A Compensação no Direito Tributário .....	8
1.2. A Compensação Tributária em Âmbito Federal: breve histórico legislativo .....	12
1.3. O artigo 170-A do Código Tributário Nacional: (i) Origem; (ii) Objetivos almejados pelo legislador; e, (iii) Percepção da doutrina .....	27
1.4. O contexto jurídico-processual de inserção do artigo 170-A ao Código Tributário Nacional .....	41
<b>Capítulo II – A Evolução da Interpretação do Artigo 170-A do Código Tributário Nacional nos Tribunais Pátrios .....</b>	<b>51</b>
2.1. A interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional, diante da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal e o entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	51

2.2. A fixação de entendimento por parte do Superior Tribunal de Justiça em relação aos demais aspectos que contornam o artigo 170-A do Código Tributário Nacional.....	63
<b>Capítulo III: A Teoria dos Precedentes Judiciais no Sistema Judicial Brasileiro após a Entrada em Vigor do Novo Código de Processo Civil.....</b>	<b>69</b>
3.1. O Sistema de Precedentes Judiciais .....	71
3.1.1. Conceito e Características dos Precedentes Judiciais.....	75
3.1.2. Jurisprudência, Súmula, Súmula Vinculante e a desmistificação do Precedente Judicial.....	79
3.2. O Código de Processo Civil de 2015.....	82
3.2.1. Os Recursos Repetitivos.....	87
3.2.2. O Efeito Vinculante .....	94
<b>Capítulo IV: Nova Proposta de Interpretação do Artigo 170-A do Código Tributário Nacional.....</b>	<b>97</b>
4.1. O entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça e a necessidade de se reinterpretar o artigo 170-A do Código Tributário Nacional .....	97
4.2. Nova proposta de interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional: alinhamento às garantias constitucionais .....	102
4.2.1. O prestígio à garantia constitucional da razoável duração do processo.....	103
4.2.2. O prestígio à garantia constitucional da isonomia .....	107

4.3. Nova proposta de interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional: a compensação como ato realizado por conta e risco do contribuinte.....	113
4.4. Nova proposta de interpretação do artigo 170-A do Código Tributário Nacional: análise de suas consequências .....	116
4.4.1. Inaplicabilidade das penalidades em razão da realização de compensação antes do trânsito em julgado da ação individual.....	118
4.4.2. As ações judiciais em andamento após decisão proferida em recurso especial ou extraordinário repetitivos e o artigo 19 da Lei nº 10.522/02 .....	120
4.4.3. Hipótese em que será desnecessário o ajuizamento de ação após a uniformização de entendimento pelo sistema de precedentes judiciais .....	131
4.4.4. A Tutela de Evidência e o artigo 170-A do Código Tributário Nacional .....	135
<b>Conclusão .....</b>	<b>147</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>153</b>